

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Ultimato ao governo

Arthur Lira vai esperar até amanhã para que o governo e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) apresentem uma saída para baixar o valor da conta da luz. Caso contrário, na semana que vem levará a votação o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para sustar os reajustes.

É o que resta

Quem lê esse espaço diariamente sabe que o PDL da conta de luz vai parar na Justiça. Porém, é a única arma que os parlamentares têm. Lira garantiu a esta coluna que não há nada errado com a proposta. “As empresas podem não gostar, mas o PDL é constitucional e não há dúvida sobre isso”.

Gasoduto subiu no telhado

Com a economia verde em cena, as termelétricas a gás perdem força e os gasodutos para abastecê-las também. Na Câmara, não existe hoje maioria para aprovar essa despesa.

Toffoli relâmpago

A celeridade com que o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli analisou o pedido de Bolsonaro contra o ministro Alexandre de Moraes deixou o governo para lá de irritado. Foi tão rápido que nem deu muito para o presidente replicar o pedido nas redes sociais, de forma a pressionar o STF a aprová-lo. Agora, resta o pedido feito à Procuradoria Geral da República.

Piso da enfermagem reaviva proposta de legalização do jogo

Aprovado no Parlamento, o novo piso da enfermagem está sob a guarda do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que deve dar uma segurada por mais 30 dias. É que os prefeitos não têm recursos para cobrir a despesa com o aumento, algo em torno de R\$ 10 bilhões — somados aí os valores que vão impactar nos gastos dos hospitais filantrópicos.

Na União não há recursos, hoje, para repassar aos prefeitos e resolver esse pagamento. Diante desse cenário, um

grupo na Câmara vê a oportunidade de tentar passar a legalização dos jogos de azar. Afinal, seria para custear a saúde.

Só tem um probleminha: a bancada evangélica é contra e o presidente Jair Bolsonaro (PL) não vai provocar a ira de seus apoiadores nessa seara. Diante do quadro, a ideia é aproveitar a pressão maior dos enfermeiros pelo piso salarial para arrefecer os cristãos. A área econômica do governo, que mal pode esperar a hora de aumentar a arrecadação, agradece.



CURTIDAS

E a terceira via, hein?! Pré-candidato do PSDB ao Planalto, o ex-governador João Dória se antecipou à pesquisa dos partidos e divulgou a da Genial/Quaest que o colocou com um potencial de votos para a terceira via de 55%, maior do que o da senadora Simone Tebet (MDB), 44%. Pelo visto, a próxima terça-feira é mais uma data em que os partidos podem até apontar um nome, mas nada será decidido. A briga está tão grande que vai terminar na Justiça.

Por falar em Dória...! A forma como parte do PSDB tem tratado o vencedor da prévia, no caso Dória, está tão feia que muitos tucanos estão com medo de que o ex-governador acabe como vítima nesse processo. Avaliam alguns, era o momento do partido se unir em torno do vencedor e não ficar instigando outras soluções. O prazo até terça-feira é para ver se Dória desiste. Só que os aliados do ex-governador juram que ele não desistirá.

Veja bem! Os emedebistas já fizeram as contas e consideram que Tebet tem maioria para vencer a convenção do partido. A ala do Nordeste, que era forte no passado, agora tem poder reduzido para tentar virar o barco para o apoio a Lula.

Cesar Itibere/PR



Só tem um probleminha! Embora não tenham poder para garantir o apoio nacional, nos estados a maioria já fechou com o PT. Sinal de que não farão campanha dia e noite para Tebet, nem para qualquer outro candidato, inclusive Michel Temer (foto). Conforme o leitor da coluna já sabe, o ex-presidente está pronto para ocupar a vaga de candidato, se for chamado.

CONGRESSO

PL do ensino em casa avança

Projeto é parte da pauta de costumes do governo, e passa por 264 a 144. Se virar lei, pais poderão fazer dos lares salas de aula

» TAINÁ ANDRADE

Por 264 votos contra 144 e duas abstenções, a Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do Projeto de Lei 2.401/19 que concede aos pais a possibilidade de educar os próprios filhos sem enviá-los à escola — o chamado homeschooling. O PL faz parte da pauta de costumes defendida pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e segue, agora, para o Senado. A modalidade é proibida no Brasil por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que em 2018 entendeu não haver uma lei que regulamente esse tipo de ensino.

A proposta não contava com a simpatia da oposição, o que levou ao presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), a construir um consenso para que a discussão do texto fosse pautada. Depois de aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, um requerimento de urgência foi apresentado para

que o texto entrasse na pauta do plenário. Os opositores não conseguiram barrá-lo.

De autoria do governo federal, o texto aprovado pelos deputados determina que os pais deverão formalizar a escolha pelo ensino doméstico junto ao Ministério da Educação, que estará incumbido de fiscalizar os pais e cobrar o desempenho do aluno. A pasta também terá de disponibilizar o plano pedagógico individual correspondente ao ano letivo em execução. Além disso, o estudante matriculado na modalidade será submetido, para fins de certificação da aprendizagem, a avaliação anual pelo MEC sobre conteúdos da Base Nacional Comum Curricular. Os estudantes devem estar matriculados em instituição de ensino credenciadas, que devem acompanhar a frequência nas atividades.

Um grupo de pais defensores da proposta do ensino doméstico acompanhou o debate

Zeca Ribeiro/Agência Câmara



Lira (com a deputada Luiza Canziani) articulou a votação da proposta, que foi aprovada por larga margem

das galerias do Plenário. Danilo Vexenat, 40 anos, é pastor e tem quatro filhos — de 12, 11, sete e três anos — que, segundo

ele, mudaram seis vezes de escola. Há dois anos, ele e a mulher adotaram o homeschooling porque discordarem daquilo que as

instituições de ensino oferecem aos alunos.

“Vi muitas coisas que não faziam bem a eles e que não

condizem com a forma que a gente vê o mundo. Por exemplo: houve aulas nas quais os professores diziam que tudo aquilo que o aluno precisa está dentro dele, que ele tem toda a força necessária para enfrentar o mundo. Não acreditamos nisso. Acreditamos que existe um Deus e que precisamos dele para encarar o mundo”, explicou.

Outro pai presente à sessão, Daniel Carvalho, 47, funcionário do Ministério da Infraestrutura, salientou que para realizar o homeschooling o tutor precisa adotar um estilo de vida diferente por exigir tempo.

“Eles (os deputados contrários à proposta) não conhecem o homeschooling. Não têm de se basear pelo que aconteceu na pandemia, quando as crianças foram para a casa e os pais tiveram de tentar ensinar e trabalhar ao mesmo tempo. No nosso caso, a gente se prepara, se instrui”, observou.

Três perguntas para: Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação

» TÁISA MEDEIROS

Há vários países onde o ensino em casa é tradicional e bem sucedido — aspecto que é defendido pelos apoiadores do projeto. Com as peculiaridades do Brasil, há condições de se obter bons resultados?

A proposta concreta para se monitorar o que está acontecendo na educação doméstica é a realização de provas. É uma visão estreita sobre o que é educação. Um estudo americano, com metodologia científica séria e boa amostragem, concluiu o seguinte sobre crianças que

estudavam em casa: têm menos probabilidade de entrar na faculdade e obtêm menores níveis de educação superior do que as das escolas públicas; frequentam universidades de menor prestígio; têm menos probabilidade de obter um diploma de faculdade ou pós-graduação; e têm níveis significativamente diferentes de engajamento cívico.

Quais podem ser as consequências, a médio e longo prazo, da implementação desse modelo para a educação brasileira?

Hoje, altas taxas de violência

e abuso sexual e de trabalho infantil acontecem dentro do ambiente familiar. Caso se autorize a educação domiciliar, o risco se agrava, pois são reduzidas, ainda mais, as perspectivas de controle, identificação ou proteção dessas crianças e adolescentes. Para a educação ser a prática da liberdade, deve ser, também, espaço de debate sobre os temas da sociedade, inclusive os mais sensíveis. Só por meio de uma educação democrática, que dá lugar à discussão plural, construímos uma educação emancipatória e crítica. Uma sociedade inclusiva começa pelo

ambiente escolar e regulamentar a educação domiciliar significa restringir o acesso à escola aos que são diferentes — é mais exclusão. Qualquer pessoa ocupará o lugar do professor, o que não é admissível para quem defende a ciência — desvalorizando ainda mais a docência. O discurso nem sempre explicitado pelos defensores do ensino domiciliar afeta o conceito da educação como bem público.

Um ponto citado pelos defensores do homeschooling é a dificuldade das escolas em lidar com os casos de bullying.

Retirar o estudante do convívio resolve?

Isso é frequentemente utilizado como justificativa para defesa da educação domiciliar. Mas esse é um problema próprio de uma sociedade que padroniza comportamentos, formas corpóreas, vestimentas, cabelos, cor de pele, sexualidade — uma sociedade que não respeita a diversidade. A educação domiciliar, nesse sentido, em nada contribui para enfrentar o problema, pois não se debate e busca a solução. Essa prática impede o convívio das crianças com as diferenças e aumenta a intolerância.

Divulgação



Andressa: ensino doméstico pode fomentar a intolerância